



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**247ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**Ata da ordem do dia 14 e 15 de setembro de 2016**

**Brasília – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**ATA DA 247ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

**Data:** 14 e 15/03/2016

1 Aos quatorze e quinze dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis teve início a 247ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro  
3 Sr. Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Estiveram  
4 presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes do Conselho Nacional de Assistência  
5 Social: Conselheiro Titular Alberto Albino dos Santos; Conselheira Titular Mariana de Sousa  
6 Machado Neris; Conselheiro Titular Fábio Moassab Bruni, Conselheira Suplente Raquel de Fátima  
7 Antunes Martins; Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira; Conselheira Titular Solange  
8 Teixeira; Conselheira Suplente Laís Maranhão Santos Mendonça; Conselheira Suplente Samantha  
9 Oliveti de Goes; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima; Conselheira Suplente Maira  
10 Leiliane Oliveira Almeida; Conselheira Titular Márcia Cristina Leal Góes; Conselheiro Suplente Sávio  
11 Angelin Pereira; Conselheiro Titular Clodoaldo José Oliva Muchinski; Conselheiro Suplente  
12 Maurício José Silva Cunha; Conselheiro Titular Carlos Nambu; Conselheira Suplente Silva Regina  
13 Ramirez; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho; Conselheira Suplente Edna Aparecida  
14 Alegro; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho; Conselheiro Suplente Samuel  
15 Rodrigues; Conselheira Titular Rosângela Maria Soares dos Santos; Conselheira Suplente Tathiane  
16 Aquino Araújo; Conselheira Titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça; Conselheira Suplente Elisa Maciel  
17 Costa; Conselheira Titular Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão; Conselheiro Suplente  
18 Mário Lúcio Souto Lacerda; Conselheira Titular Clátia Regina Vieira; Conselheiro Suplente Leovane  
19 Gregório; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira. **ABERTURA:** O Sr. Fábio Moassab  
20 Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, iniciou a reunião  
21 cumprimentando a todos e solicitou que a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária-  
22 Executiva do CNAS/MDSA, realizasse a verificação do quórum. Realizada a verificação, o Sr. Fábio  
23 Moassab Bruni seguiu para o primeiro ponto de pauta, Aprovação da Ata da 246ª Reunião  
24 Ordinária do CNAS, questionando se haveria alguma observação em relação à mesma, e não  
25 havendo foi aprovada. Prosseguindo para a aprovação da pauta da 247ª Reunião Ordinária do  
26 CNAS, a Conselheira Mariana de Souza Machado Nery, Representante do MDSA, sugeriu alterar o  
27 ponto de informe do Ministro para o início da manhã, do dia 15, para que o mesmo possa relatar  
28 sobre alguns elementos e encaminhamentos que serão tomados em relação a PEC 241, já que o  
29 grupo de trabalho que trata do assunto se reunirá hoje no período da tarde com o mesmo. O Sr.  
30 Fábio Moassab Bruni propôs compartilhar esse tema com o relato da Comissão de Financiamento  
31 e Orçamento e o Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco,  
32 arrazou que gostaria de fazer uma solicitação de inversão de pauta, colocando as 14h00 o  
33 informe da Comissão de Financiamento e Orçamento. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo  
34 Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social –

35 FONSEAS, explanou que não há nenhum problema de alterar o horário de informe da Comissão de  
36 Política da Assistência Social com a Comissão de Financiamento e Orçamento. Aprovada a pauta, a  
37 Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho iniciou os informes da Presidência e da Secretaria-  
38 Executiva elencando que foram justificadas as seguintes ausências: Conselheiro Josenir Teixeira na  
39 Reunião Ordinária do CNAS por compromissos institucionais; Conselheira Dionara Borges na  
40 Reunião Ordinária do CNAS devido a férias; Conselheira Maria Cristina na Reunião Ordinária do  
41 CNAS por compromissos institucionais; Conselheiro Luís Otávio na Reunião Ordinária do CNAS  
42 devido a férias; Conselheira Laís Maranhão na Reunião das Comissões Temáticas por  
43 compromissos institucionais; Conselheira Miriam Queiroz na Reunião Ordinária do CNAS por  
44 problemas de saúde; Conselheira Márcia Góes na Reunião Ordinária do CNAS por compromissos  
45 institucionais; Conselheira Samantha Olivetti na Reunião da Comissão de Acompanhamento aos  
46 Conselhos, no período da manhã, por compromissos institucionais; Conselheira Mariana Machado  
47 no dia 14 de setembro, no período da tarde, por compromissos institucionais. Convocações e  
48 participação: I) Conselheira Mariana Machado foi convocada e representou o CNAS no 3º  
49 Seminário Nacional de Psicologia da Assistência Social - Exercício Profissional e Avanços Ético-  
50 Políticos realizados nos dias 22 e 23 de agosto em Brasília; II) Conselheira Edna Aparecida Alegro  
51 foi convocada e representou o CNAS na reunião da Câmara Técnica sobre a temática de Benefícios  
52 de Prestação Continuada - BPC, e as alterações definidas no Decreto Federal 8.805, nos dias 22 e  
53 23 de agosto no CNAS; III) Conselheiras Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Rosângela Santos, Laís  
54 Maranhão e o Conselheiro Leovane Gregório foram convocadas e participaram da Reunião  
55 Regional do CNAS com os CEAS – Região Norte nos dias 25 e 26 de agosto de 2016 em Porto  
56 Velho/ Rondônia, sendo que Secretaria-Executiva do CNAS esteve presente na referida reunião,  
57 incluindo a Conselheira Márcia Góes; IV) Conselheiras Laís Maranhão e Silvia Ramires foram  
58 convocadas e participaram da Reunião Regional do CNAS com os CEAS - Região Sul/Sudeste nos  
59 dias 30 e 31 de agosto em Belo Horizonte/Minas Gerais, sendo que Presidente do CNAS, Fábio  
60 Moassab Bruni, e Secretaria-Executiva do CNAS também participaram do evento; VI) Conselheiro  
61 Leovane Gregório foi convocado para representar o CNAS no lançamento da Campanha Nacional  
62 "Dê a Oportunidade, Faça a Diferença, Ninguém Nasce Infrator", realizado no dia 05 de setembro  
63 em Brasília. VII) Os Conselheiros Nacionais que integram a Comissão de Acompanhamento de  
64 Benefícios e Transferência de Renda foram convocados para reunião extraordinária realizada no  
65 dia 12 de setembro de 2016 em Brasília. VIII) Os Conselheiros Nacionais, Titulares e Suplentes,  
66 foram convocados para a 247ª Ordinária do CNAS realizada no período de 13 a 15 de setembro em  
67 Brasília. IX) Os Conselheiros integrantes da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos foram  
68 convocados para participar da Reunião Trimestral do CNAS com CEAS e CAS/DF no dia 16 de  
69 setembro em Brasília. X) Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça foi convocada para representar o  
70 CNAS do evento "Diálogos do SUAS, Discussão sobre a Política da Pessoa com Deficiência a partir  
71 da Resolução 34 do CNAS e seus Desdobramentos", a ser realizada no dia 20 de setembro de 2016  
72 em São Paulo. XI) Conselheira Silvia Ramires foi convocada para representar o CNAS na 2ª Reunião  
73 Ordinária do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional - FNAP, a ser realizado no dia 20 de  
74 setembro em Brasília. *E-mails* enviados: I) Aos conselheiros - Cartilha 10 anos da Lei Maria da  
75 Penha; Prêmio Rosane Cunha de Desenvolvimento Social, edição especial no Cadastro Único;  
76 Apresentação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, exibida pela  
77 Coordenadora-Geral de Regulação e Gestão do SUAS, Caroline Aires, na reunião da Comissão de

78 Normas no dia 16 de agosto; apresentação do IGDSUAS/SNAS exibido pelo servidor André Yosan  
79 dos Santos; informes sobre o PL 20 de 29/2015 que institui a Política Nacional de Pessoas  
80 Vulneráveis; Ata e Degravação da 246ª Reunião Ordinária do CNAS; pauta da 247ª Reunião do  
81 CNAS, publicada no Diário Oficial da União em 06 de setembro de 2016; informes da CIT sobre o  
82 Programa Criança Feliz; relatório de representação do CNAS no 3º Seminário Nacional de  
83 Psicologia da Assistência Social, realizado no dia 22 de agosto em Brasília; II) Resolução, Decreto e  
84 Portaria: a) Resolução nº 13 de 19 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22  
85 agosto de 2016, seção II, página 38, que instituiu o grupo de trabalho para discussão da proposta  
86 de Emenda Constitucional 241/2016, que altera o ato das disposições constitucionais transitórias  
87 para instituir o novo regime fiscal; b) Resolução CNAS nº 14 de 28 de agosto de 2016, publicada no  
88 Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2016, seção I, página 25, que dispõe sobre a aprovação  
89 do relatório da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social,  
90 segundo trimestre, exercício 2016; c) Resolução CNAS nº 15 de 23 de agosto de 2016, publicada no  
91 Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2016, que recomenda que todas as propostas de criação  
92 e implantação, e alteração dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência  
93 Social sejam apreciadas e aprovadas pelos Conselhos de Assistência Social em suas respectivas  
94 esferas. CNAS informa: I) norte será a próxima região a receber o Encontro Regional do CNAS com  
95 os CEAS, enviado em 19 de agosto; II) Marco Regulatório é debatido no CNAS, enviado no dia 22 de  
96 agosto; III) CNAS aprova resolução com recomendações aos Conselhos Assistência Social, enviado  
97 dia 24 de agosto; IV) Belo Horizonte recebe a Reunião Regional do CNAS com os CEAS, enviada dia  
98 30 de agosto; V) prorrogado a inscrição para o prêmio Rosane Cunha enviado dia 1º de setembro;  
99 VI) Censo SUAS 2016, fiquem atentos aos prazos, enviado dia 02 de setembro; VII) conheça os  
100 prazos do calendário orçamentário da Assistência Social, enviado dia 05 de setembro; VIII) confira  
101 os assuntos que serão abordados nas reuniões do CNAS, enviado dia 06 de setembro. Informou  
102 que os aniversariantes do mês de setembro são o Conselheiro Maurício Cunha, dia 23 e  
103 Conselheira Maira Almeida no dia 27. O Sr. Fábio Moassab Bruni cumprimentou os aniversariantes  
104 e a Sra. Laís Maranhão Santos Mendonça, Representante da Secretaria Nacional de Renda e  
105 Cidadania – SENARC/MDSA, retificou que estava ausente apenas no período da manhã na Reunião  
106 da Comissão de Política. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de  
107 Desenvolvimento Integral – CADI, propôs incluir na pauta a aprovação da Agenda de Reuniões  
108 Ordinárias de 2017 e o Sr. Fábio Moassab Bruni explicou que existe uma solicitação da CIT de que  
109 seja realizada essa aprovação na próxima reunião. A Conselheira Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues  
110 Nobre, Secretária de Estado do Mato Grosso do Sul, compreendeu que, talvez, valeria à pena  
111 discutir sobre o PL 2.029/15, que foi citado nos *e-mails* enviados aos Conselheiros. O Sr. Fábio  
112 Moassab Bruni questionou a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima se seria possível incluir  
113 essa discussão no âmbito da Comissão de Política, e a mesma ponderou que tentarão incluí-la,  
114 porém, salientou que estão com o cronograma completo até fevereiro de 2017. A Conselheira.  
115 Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre afirmou que ajudará e colaborará para que o projeto de lei  
116 seja debatido. O Sr. Fábio Moassab Bruni notificou que a Secretária Nacional de Assistência  
117 Nacional não tem informes e as representantes da SENARC comunicaram que a mesma também  
118 não tem informes. A Sra. Maira Leilane Oliveira Almeida, Representante do FONSEAS, explicou que  
119 o FONSEAS não se reuniu este mês, devido ao período eleitoral, por isso também não possuem  
120 informes. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira, Representante do CONGEMAS, destacou que

121 continuam preocupados com as questões orçamentárias em relação às previsões para 2017 e que,  
122 precisam discutir a mesma no âmbito desse Conselho para que não sejam permitidos cortes  
123 orçamentários que comprometam os serviços pactuados e deliberados pelo CNAS. O Conselheiro  
124 Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia, informou que a CIT também  
125 não se reuniu nesse mês, devido às reuniões da Câmara Técnica. Não havendo informes  
126 individuais de Conselheiros, Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação  
127 Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, iniciou a apresentação do relato da  
128 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda informando sobre os  
129 Conselheiros presentes na reunião realizada no dia 12 de setembro de 2016, das 14h00 as 18h00,  
130 no CNAS. Articulou que a reunião foi inicialmente coordenada pelo Coordenador Adjunto, Sr.  
131 Samuel Rodrigues, até a sua chegada e que, o mesmo realizou o informe do recebimento pela  
132 CNAS do Ofício nº 07 CIB/SAAS-SETAS2016, em que os membros da Comissão Intergestores  
133 Bipartite do Mato Grosso ratificam integralmente os termos da Nota de Repúdio ao Decreto nº  
134 8.805/2016 editada pelo CONGEMAS em 11 de julho de 2016. Postulou que em seguida foi  
135 iniciada discussão da regulamentação do Decreto nº 8.805/2016, com a participação dos  
136 convidados, sendo que o Sr. Allan Camello Silva retomou o que foi discutido na última reunião,  
137 enfatizando que as alterações trazidas pelo referido Decreto aprimoram aspectos da Política de  
138 Assistência Social no sentido de fortalecer as seguranças que devem ser alicerçadas pela PNAS,  
139 bem como a gestão e a operacionalização do Benefício de Prestação Continuada - BPC,  
140 considerando a integração deste com as ofertas dos serviços socioassistenciais. Acrescentou que o  
141 mesmo realizou um breve relato da discussão realizada na reunião da Câmara Técnica da CIT sobre  
142 o BPC em 22 e 23 de agosto e informou que a segunda reunião da Câmara acontecerá no início de  
143 outubro e tratará do detalhamento da participação dos Estados nessa nova ação, dos critérios de  
144 vulnerabilidade, da proposta de financiamento e do critério de partilha. Complementou que o Sr.  
145 Felipe Jardim, Representante da SENARC, informou que a inclusão dos beneficiários do BPC no  
146 CadÚnico não trará muito impacto, uma vez que 44% já estão incluídos e que os municípios já  
147 atendem uma demanda bem maior de atualizações e inclusões cadastrais. Relatou que após os  
148 questionamentos e esclarecimentos, foram retirados os seguintes encaminhamentos: I)  
149 necessidade de pontuar questões relevantes para que o representante da SNAS possa trazer em  
150 sua apresentação no Pleno do CNAS, dia 14 de setembro: Critério do BPC - Renda - Art. 13 ao Art.  
151 15 § 5º (ações Cíveis Públicas); - Diagnóstico dos CRAS no Brasil, quantitativo e qualitativo - Como  
152 se dará a transição quando o Decreto nº 8.805/2016 entrar em vigor. II) Avaliação sobre a  
153 necessidade de realização de reunião extraordinária da Comissão, em 17 de outubro, após a  
154 discussão do Decreto nº 8.805/2016 (prevista no Pleno para o dia 14 de setembro). Realizadas a  
155 exclusão da sigla SDH da memória da reunião solicitada pela Conselheira Carmen Lúcia Lopes  
156 Fogaça, pois a mesma foi alterada para Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência,  
157 o Presidente do CNAS arrazoou que a participação dos municípios e Estados no Censo SUAS se dá  
158 por meio do preenchimento do questionário eletrônico disponibilizado no *site* do MDSA, sendo  
159 que o mesmo possui diversos módulos, que abrem sucessivamente por questões de sistema.  
160 Elucidou que o prazo para preenchimento vai do dia 12 de setembro ao dia 02 de dezembro e  
161 eventuais retificações do dia 05 ao dia 09 de dezembro e que, o módulo de Conselhos abrirá no  
162 dia 26 de setembro e será realizado um CNAS Informa, em que solicitam aos Conselheiros que  
163 repassem para as suas redes. Prosseguindo para a Discussão sobre a regulamentação do Decreto

164 nº 8.805/2016, a Sra. Maria José de Freitas, Servidora do INSS, cumprimentou a todos e ponderou  
165 que o Decreto nº 8.805 foi editado no dia 07 de julho de 2016 e traz uma alteração na  
166 regulamentação do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Complementou que desde o  
167 nascedouro da regulamentação do BPC, tanto na Constituição, quanto na Lei Orgânica da  
168 Assistência Social, sempre foi objeto de debates e embates entre posições e articulou que há uma  
169 manutenção do Estado quando a família não consegue prover a manutenção dos idosos a partir de  
170 65 anos e das pessoas com deficiência, estando em debate à questão do critério de avaliação  
171 média e social, como também a renda per capita familiar inferior a um quarto de salário mínimo.  
172 Informou que o STF através de um recurso extraordinário de 2013 entendeu que o critério de  
173 renda era insuficiente para definir a elegibilidade do BPC, devendo ter critérios adicionais para  
174 aferir a necessidade de acesso ao benefício, que foi introduzida na LOAS através da Lei Brasileira  
175 de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI. Arrazouo que o Decreto 8.805 traz as seguintes  
176 mudanças: I) alteração da nomenclatura do Ministério; II) reconhece o direito do BPC aos  
177 portugueses; III) instituição da obrigatoriedade da inscrição no Cadastro Único para a conservação  
178 e manutenção e revisão do BPC; IV) extinção do formulário de declaração da composição e renda  
179 familiar; V) exigência de 30 dias para complemento de informações prestadas ao Cadastro Único  
180 para análise do requerimento; VI) introduz regra para dispensar a avaliação da deficiência quando  
181 a renda per capita for superior ao critério; VII) revisão bienal; VIII) abre a possibilidade de criar  
182 parâmetros para definir a prioridade da reavaliação da deficiência; IX) inclusão do Ministério da  
183 Fazenda e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como corresponsáveis pela  
184 regulamentação do BPC; X) inclusão de forma individualizada das informações no portal de  
185 transparência; XI) estabelece prazo de 120 dias para vigência. Destacou que a grande omissão do  
186 decreto é não contemplar a mudança trazida pela LBI, que estabelece uma proposta para um  
187 critério suplementar ao da renda per capita e elucidou que existem mobilizações de entidades que  
188 representam usuários, um parecer técnico da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB e  
189 dois projetos de decreto legislativo que estão em tramitação no Congresso Nacional, que propõe a  
190 supressão do Decreto 8.805 por essa omissão. Ponderou que está sendo pautada uma discussão  
191 em relação ao requerimento para acesso ao BPC passar ser realizado nas unidades da Assistência  
192 Social e chamou atenção com relação ao necessário em termos de condições para que realmente  
193 seja implementando de forma a respeitar o processo de efetivação da cidadania e não ser apenas  
194 uma acomodação de operação. Articulou que outra discussão que merece atenção é o processo  
195 de aferição da deficiência e que, está sendo sinalizada uma indisposição de manter o fluxo de  
196 recursos para o investimento no BPC, associado ao processo de ajuste fiscal e a PEC 241.  
197 Apresentou alguns sinais sobre a redução de recursos para o BPC que foram anunciados na mídia e  
198 salientou que é importante que o Conselho análise a conjuntura e as alterações anunciadas, para  
199 que possa enfrentar esse debate com qualidade. Postulou que o BPC tem um impacto positivo no  
200 PIB, sendo que a pesquisa do IPEA já demonstrou que \$1,00 investido no BPC traz um incremento  
201 do PIB local superior ao valor investido e compreendeu que é importante que esse espaço de  
202 deliberação da política seja um espaço de participação, exigindo o debate com o Governo. O Sr.  
203 Allan Camello Silva, Assessor da Diretoria do Fundo Nacional de Assistência Social, relatou que o  
204 decreto não coloca que a operacionalização ocorrerá no âmbito do CRAS e sim que será elaborada  
205 uma portaria interministerial para definição de critérios e a questão de um cronograma de  
206 priorização para inscrição dos beneficiários do BPC no Cadastro Único. Explanou que outro item

207 trazido pelo decreto é com relação ao processamento da concessão e do próprio requerimento ao  
208 benéfico, sendo que existe uma fase de requerimento, concessão, manutenção e revisão com  
209 relação ao beneficiário ou ao requerente. Esclareceu que ocorrerá no âmbito das unidades de  
210 assistência social o requerimento e a troca de informações com o INSS e, também uma  
211 possibilidade com relação à utilização do novo canal para a coleta de informação para a revisão,  
212 principalmente, com relação à composição familiar e a renda. Arrazouou que de fato existem  
213 diferenças conceituais que serão e deverão ser complementadas do ponto de vista da não  
214 normatização e informou que já existe um procedimento de cruzamento de bases de dados, tanto  
215 para concessão do requerimento, quanto para revisão administrativa e também disciplinada a  
216 revisão bianual. Complementou que existe também a possibilidade e a priorização da reavaliação  
217 da deficiência com relação ao tipo de deficiência e gravidade de impedimento e uma forma  
218 diferenciada para revisão bianual com relação à idade e também a duração do benefício. Com  
219 relação aos critérios de concessão para o benefício, discorreu que o Governo está revisitando a  
220 proposta existente já no âmbito do departamento do DBA com relação aos critérios que visem a  
221 dar uma flexibilidade com relação do critério para além da renda, respeitando assim, as questões  
222 trazidas pelo STF e pela LBI. Destacou que observam as oportunidades trazidas pelo decreto como  
223 algo positivo, como a questão da aproximação do requerimento para o território do requerente,  
224 haja vista as dificuldades existentes com relação ao deslocamento dessas pessoas para municípios  
225 com APS. Notificou que na Câmara Técnica da CIT foram discutidos os seguintes temas: I)  
226 necessidade de ter um sistema operacional próprio para a realização do requerimento no âmbito  
227 do CRAS; II) publicação de uma portaria interministerial com os procedimentos para a  
228 identificação da família BPC utilizando as informações do Cadastro Único e da mesma forma uma  
229 norma para disciplinar como que será a captura da renda mediante essa nova ferramenta; III)  
230 calendário de inclusão dos benefícios no CadÚnico. Ponderou que foram defendidos, na última  
231 reunião da Câmara, os seguintes pontos: I) que o CRAS seja o canal de atendimento a ser instituído  
232 pela portaria interministerial para requerimento e revisão no caso das atualizações e as  
233 informações relativas à composição familiar e renda; II) que deverá ter cofinanciamento para os  
234 municípios para a realização das atividades de forma mais flexível possível com relação ao uso de  
235 recursos; III) a identificação de qual seria a modalidades de cofinanciamento mais adequada para a  
236 realização do repasse de recursos, que visem à manutenção da rede para esse fim específico a ser  
237 delineado pelo requerimento e atendimento no âmbito dos CRAS; IV) a criação de um novo canal  
238 de atendimento até dia 05 de novembro de 2016. Articulou que será construído de forma paralela  
239 junto aos Estados e municípios a operacionalização do requerimento no âmbito dos CRAS, a  
240 definição dos critérios de cofinanciamento e a adesão dos municípios por meio de Termo de  
241 Aceite e lembrou que estão criando, com relação aos CRAS, um novo canal de atendimento, sendo  
242 que as APSs continuarão tendo um papel importantíssimo para requerimento, concessão e revisão  
243 do benefício. Com relação ao fluxo de informação, explicou que o primeiro passo seria o fluxo  
244 simplificado para entendimento, que seria o Cadastro Único e em seguida, no âmbito das APSs ou  
245 no âmbito dos CRAS, o requerente irá preencher o requerimento requalificando os vínculos  
246 familiares e de renda, com base nas informações já preenchidas no âmbito do cadastro, visto que  
247 o INSS realizará o cruzamento das bases de dados, a confirmação das informações, podendo o  
248 benefício ser concedido ou negado. Acrescentou que no INSS podem ocorrer também à recepção  
249 e habilitação do requerimento do BPC, o despacho de imediato do requerimento nos casos da

250 pessoa idosa e marcação da avaliação biopsicossocial para a pessoa com deficiência, uma vez que  
251 estão trabalhando para que a comunicação da decisão ocorra no INSS para com o beneficiário e  
252 também do INSS para o CRAS que realizou aquele requerimento. Informou que em 2015 foram  
253 realizados 518.000 requerimentos com relação ao BPC e que, o impacto desse montante na rede  
254 assistencial seria em média 524 beneficiários por CRAS, tendo uma quantidade em torno de 64  
255 requerimentos/ano por CRAS, sendo que a atualização e a inclusão dos beneficiários já existentes  
256 não teriam impacto considerável ao serem distribuídos nos dois exercícios de 2017 e 2018.  
257 Apresentou um resumo do que está sendo discutido nas ações civis públicas e informou que  
258 solicitou para que a lista de ações seja disponibilizada para a Secretaria do Conselho com  
259 detalhamento. Destacou que está em fase final de elaboração, uma minuta de portaria no âmbito  
260 da SNAS, no DBA, com relação aos tópicos que demandam regulamentação do decreto, que será  
261 encaminhada para avaliação dos demais envolvidos. Comunicou que estão programando para  
262 novembro uma oficina de capacitação para os gestores estaduais sobre a operacionalização do  
263 decreto para que tenham condições de fornecer o apoio necessário aos gestores municipais e que,  
264 estão finalizando um plano de comunicação para esclarecimento e orientação para o  
265 requerimento, inclusão e atualização do Cadastro Único, que incluirá *folders*, cartazes,  
266 videoconferência e ações em redes sociais para esclarecimento dessa nova sistemática. Com  
267 relação às dificuldades no âmbito orçamentário e financeiro, explicou que é importante destacar  
268 que isso já vem acontecendo desde 2015, em que houve um corte, com relação ao próprio BPC, de  
269 dois bilhões de reais. Relatou que a SNAS e o DBA entendem que é extremamente necessário ter a  
270 dupla avaliação dos critérios, tanto de renda, quanto com relação à avaliação biopsicossocial. O Sr.  
271 Fábio Moassab Bruni agradeceu pelas apresentações e abriu o espaço para comentários. A  
272 Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Vice-Presidente do CNAS e Representante da Organização  
273 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, compreendeu que o BPC é um investimento por  
274 pessoas e pontuou que o decreto não pode estar acima de leis, sendo que o mesmo fere muitos  
275 artigos da LOAS. Distribuiu o parecer técnico elaborado pela ONCB e realizou a sua leitura. A Sra.  
276 Maria do Carmo Brant de Carvalho, Secretária Nacional de Assistência Social, entendeu que saíram  
277 dessa reunião mais tranquilos com os esclarecimentos que foram realizados e afirmou que confia  
278 que o Conselho será responsável nas novas proposições. O Conselheiro Leovane Gregório inferiu  
279 que há uma preocupação muito grande em relação ao processo e que, precisam discuti-lo muito  
280 ainda. A Conselheira Samantha Oliveti de Goes, Representante do Instituto Nacional do Seguro  
281 Social, questionou se o CadÚnico é um direito ou um dever do cidadão e sugeriu solicitar a  
282 DATAPREV um parecer sobre a intercomunicação de sistemas entre os sistemas do INSS e do  
283 CadÚnico. O Conselheiro Mário Lúcio Souto Lacerda, Representante da Central de Trabalhadores e  
284 Trabalhadoras do Brasil – CTB, indagou se haverá discussões sobre esse decreto e o Conselheiro  
285 Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em  
286 Seguridade Social – CNTSS, comentou que, o ataque constitucional que está havendo em cima dos  
287 direitos sociais e trabalhistas, há uma ligação com a contenção de receitas gastas, atingindo  
288 bruscamente a área social e inferiu que o pior entrave colocado pelo decreto é a questão da  
289 acessibilidade. Diante o horário avançado, o Presidente do CNAS sugeriu realizar o intervalo para o  
290 almoço e posteriormente retornar o debate com os demais inscritos. Os Conselheiros concordam  
291 com a sugestão e interrompem a reunião. O Sr. Fábio Moassab Bruni reiniciou a reunião passando  
292 a palavra para a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, e a mesma comentou

293 que foi discutido na reunião da Comissão de Benefício sobre a questão dos CRAS. Explanou que  
294 haverá um corte de R\$ 300 milhões no orçamento da atenção básica e salientou que não há  
295 menor possibilidade de pensar no benefício que seja abaixo do salário mínimo. Afirmou que esse  
296 decreto não pode ser apoiado pelo CNAS da maneira como está. A Conselheira Elisa Maciel Costa  
297 explicou que o decreto por si só, por mencionar a obrigatoriedade do CPF, quebra sete tratados  
298 internacionais, além de ferir a Portaria 940 do Ministério da Saúde, Decreto 6.040, Lei 12.288 e a  
299 Resolução do CNECEB de 2012 e dentre outras. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira arrazoou que  
300 não conseguiu entender como o CRAS conseguirá qualificar esse serviço, quando não se trata de  
301 orçamento e recurso para a sua implementação. A Conselheira Edna Aparecida Alegro discorreu  
302 que a sua preocupação é com uma transição de forma a minimizar qualquer efeito que possa ter  
303 contra o público-alvo e a Sra. Laís Maranhão Santos Mendonça esclareceu que o Cadastro Único  
304 foi um grande instrumento de efetivação da busca ativa, principalmente a partir do Programa  
305 Brasil sem Miséria, então está sendo feito um esforço da gestão para fazer o deslocamento do  
306 BPC. O Sr. Allan Camello Silva explicou que no dia 05 de novembro será incluído o CRAS, como  
307 outros postos que realizam o cadastramento no CadÚnico, que passaram a receber os  
308 beneficiários do BPC ou futuros requerentes para realização do cadastro. Elucidou que a transição  
309 seria no sentido, de fato, com relação à capacitação, informação e ter o sistema adequado para  
310 receber os dados do CadÚnico para processamento do benefício e que, na ampliação da rede para  
311 além das APS, a ideia é que nas discussões da CIT consigam ter um parâmetro adequado de  
312 cofinanciamento federal e regras para dentro do SUAS de como ocorrerá o requerimento no  
313 âmbito do CRAS. Ressaltou que as APS continuarão realizando os requerimentos até que todos os  
314 passos sejam absorvidos pela assistência e que, possuem plena convicção de que o melhor modelo  
315 é a avaliação biopsicossocial. Compreendeu que o momento é de tentar discutir e achar o melhor  
316 termo para as questões trazidas e tomar os devidos cuidados com relação ao desenho, para que o  
317 beneficiário e os requerentes não sejam prejudicados. Postulou que possuem um olhar cuidadoso  
318 sobre as modificações e ilustrou que o CPF, era item obrigatório para a concessão do benefício e  
319 compreendeu que haverá a oportunidade de discussão nos fóruns apropriados. A Sra. Maria José  
320 Vasconcelos Barreto Carvalho ponderou que a análise da renda e da deficiência deve compor o  
321 processo de reconhecimento de direito ao benefício, embora não tenha sido ainda conquistado  
322 para dentro do Governo e entendeu que é importante estar verificando qual é o espaço da própria  
323 Secretaria está tendo no processo de deliberação e nas discussões da política. Destacou que não  
324 podem encarar o processo de desfinanciamento da assistência como um processo natural. O Sr.  
325 Fábio Moassab Bruni agradeceu pelas explicações e comunicou que, o GT formado para discutir os  
326 efeitos do PEC 241 sobre o orçamento da Assistência Social, conseguiu viabilizar uma reunião com  
327 o Ministro e que, terão uma resposta para dar ao Conselho sobre o tema até amanhã. O Sr. Allan  
328 Camello Silva relatou que estudaram as bases de dados do âmbito da SNAS para tentar fazer o  
329 diagnóstico da estrutura, dos recursos humanos e das atividades desenvolvidas no âmbito dos  
330 CRAS e informou que utilizaram, basicamente, as informações coletadas no Censo SUAS e no RMA.  
331 Apresentou os seguintes dados: I) 97,75% dos CRAS realizam e 2,25% não realizam atividade  
332 desenvolvida relacionada à orientação e acompanhamento para inserção no BPC; II) 98,73%  
333 realizam e 1,27% não realizam o encaminhamento e inserção da atualização de famílias no  
334 Cadastro Único; III) 98,81% realizam e 1,19% não realizam o encaminhamento para inserção e  
335 atualização das famílias no Cadastro Único; IV) 5.391 municípios realizam orientação e

336 acompanhamento e 112 não realizam; V) 5.450 municípios realizam encaminhamento e inserção e  
337 atualização de famílias do Cadastro Único e 53 municípios não realizam; VI) 3,1% municípios de  
338 grande porte realizam somente o acompanhamento, 19,20% realizam apenas o encaminhamento  
339 e 74,2% realizam acompanhamento e encaminhamento; VII) 0,7% dos CRAS realizam somente a  
340 inclusão, 1,8% realizam a atualização cadastral e 96,5% realizam inclusão e atualização; VIII) 7.890  
341 CRAS realizam ou possuem algum tipo de articulação com o INSS e cerca de 265 não realizam  
342 qualquer tipo de articulação; IX) 5.304 municípios realizam a articulação com o INSS e 199 não  
343 realizam. Com relação à distribuição de recursos humanos do CRAS, explanou que a média geral é  
344 de 5,8% técnicos de nível superior por equipamento, 4,99% de técnicos de nível médio e 1,21%  
345 onde se refere a nível fundamental ou inferior, sendo que existe uma quantidade maior de  
346 técnicos de nível superior nas metrópoles e em municípios de grande porte, de técnicos de nível  
347 médio em municípios de pequeno porte II e nas metrópoles. Complementou que 27,7% dos CRAS  
348 possuem técnicos de nível superior incompleto ou médio entre três e quatro técnicos; 17,7% entre  
349 cinco a seis técnicos e 26,4% de entre sete ou mais técnicos com esse perfil específico e que,  
350 existem 8,3% dos CRAS que tem de zero a dois técnicos de nível superior ou mestrado; 39,5%  
351 entre três a quatro técnicos, 29,8% entre cinco e seis e 22,3% entre sete ou mais técnicos. Com  
352 relação ao vínculo, postulou que existe uma distribuição maior no âmbito do município com  
353 relação à quantidade média de servidor estatutário e celetista temporário, em detrimento de  
354 outros vínculos como comissionados e outros, com 8,6% técnicos servidores estatutários,  
355 celetistas ou temporários, 1,9% técnicos comissionados e 2,13% relacionados a outros vínculos.  
356 Apresentou outros dados sobre: computadores e acesso a *internet*, quantitativo de computadores  
357 por CRAS, quantidade de computadores conectados a *internet*, acessibilidade, rota acessível aos  
358 espaços do CRAS, banheiro adaptado para pessoa com deficiência, acesso principal adaptado com  
359 rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS, dimensão da estrutura física dos  
360 CRAS, e de recursos humanos. Comunicou que a apresentação será enviada aos Conselheiros com  
361 todos os detalhes. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça ilustrou que tem debatido muito a  
362 questão de acesso, pois os dados mostram uma contradição das informações e a Conselheira  
363 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão ratificou que não podem considerar acessível os CRAS  
364 se estão fora das normas e explicou que a acessibilidade está voltada para as pessoas com  
365 deficiência física, sendo que precisam observar todos os tipos de deficiências. A Conselheira  
366 Samantha Oliveti de Goes destacou que os equipamentos do INSS também se encontram com  
367 falta de acessibilidade e que, gostaria que, de fato, brigassem pela mesma de maneira geral na  
368 sociedade. A Conselheira Edna Aparecido Alegro informou que não poderá participar da próxima  
369 reunião da Câmara Técnica do BPC da CIT, pois estará fora do país, solicitando que o Coordenador  
370 Adjunto seja convocado em seu lugar. O Sr. Allan Camello Silva arrazoou que não possuem dados  
371 com relação à acessibilidade para além da estrutura, entretanto, explanou que existe um esforço  
372 para qualificar todos os equipamentos no âmbito da Assistência Social, especialmente os CRAS. A  
373 Sra. Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho desejou sucesso ao Conselho na discussão dos novos  
374 empreendimentos e agradeceu a oportunidade de estar nessa reunião. O Sr. Fábio Moassab Bruni  
375 reforçou que esse debate é muito importante para o Conselho Nacional de Assistência Social e  
376 notificou que todas as apresentações estarão disponíveis no *site* do CNAS e serão enviados por *e-*  
377 *mail* a todos os Conselheiros. Iniciando a mesa de debate sobre o Marco Regulatório das  
378 Organizações da Sociedade Civil – MROSC, a Sra. Kathyana Dantas Machado Buonafina, Assessora

379 do MROSC, elucidou que o MROSC foi trabalhado no princípio da gestão pública democrática,  
380 pensando no ciclo de participação social nas políticas públicas, nas organizações da sociedade civil  
381 e na implementação das mesmas e também enquanto areja a ação estatal, trazendo novas  
382 tecnologias sociais, o atendimento de públicos específicos em territórios específicos,  
383 especialmente das pessoas em situação de vulnerabilidade. Arrazouo que o marco tem como  
384 missão basicamente aperfeiçoar o ambiente jurídico institucional relacionado às organizações da  
385 sociedade civil e as suas relações de parceria com o Estado, com fortalecimento institucional e  
386 valorização das organizações das organizações da sociedade civil, transparência na aplicação dos  
387 recursos públicos, efetividade nas parcerias, pensando na qualidade do gasto. Discorreu que várias  
388 leis foram alteradas, inclusive a legislação do CEBAS e que, o Decreto 8.726 regulamentou no  
389 âmbito das parcerias federais, os termos de fomento e de colaboração. Recomendou que as  
390 pessoas levassem para seus Estados e municípios o debate sobre a revogação das utilidades  
391 públicas estaduais e municipais e explicou que para o termo de fomento e o termo de  
392 colaboração, não pode ser exigido títulos no edital, porém, para cumprir a Lei 12.101 podem ser  
393 pontuados nos editais as organizações que possuem Certificado de Entidade Beneficente da  
394 Assistência Social. Ponderou que a agenda MROSC entrou no PPA 2016/2019, sendo que o  
395 Programa de Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública possui as seguintes iniciativas:  
396 contratualização, sustentabilidade e transparência. Comentou que o mapa das organizações da  
397 sociedade civil trabalha, principalmente, a RAIS do Ministério do Trabalho e Previdência Social –  
398 MTPS e postulou que a lei está em vigor desde 23 de janeiro de 2016 para a União, Estados e o  
399 Distrito Federal, proibindo assim convênios com organizações da sociedade civil, exceto os  
400 convênios na área de saúde complementar ao SUS e, que estará em vigor em 1º de janeiro de  
401 2017 para os municípios. Compreendeu que é um papel importante do CNAS ajudar os Estados e  
402 os municípios na implementação do MROSC e explicou que a Lei 13.019 dividirá as parcerias em  
403 cinco fases: planejamento e gestão, seleção e celebração, execução, monitoramento e avaliação e  
404 prestação de contas. Salientou que o chamamento público será obrigatório para todos os entes  
405 federados e inferiu que o mais difícil, principalmente, para as organizações será trabalhar na  
406 construção de planos de trabalho e aprender escrever metas exequíveis e indicadores com meios  
407 de verificação. Acrescentou que a lei trata de três tipos de Conselho, o Conselho Nacional de  
408 Fomento e Colaboração – CONFOCO, para trabalhar as questões relativas às parcerias; os  
409 Conselhos Gestores de Fundo, que atuarão como uma Comissão de Seleção e uma Comissão de  
410 Monitoramento e Avaliação das parcerias; e os Conselhos de Políticas Públicas, que trabalharão  
411 também no monitoramento das parcerias. O Sr. Jailton Almeida, Representante da Secretaria de  
412 Articulação Social da Presidência da República, destacou que estão colocando bastante ênfase na  
413 participação social na gestão pública e informou que estão organizando vários encontros com os  
414 prefeitos para levar aos municípios instrumentos de participação social. O Sr. Aguinaldo Lima,  
415 Diretor Tesoureiro da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, afirmou que as organizações, a partir  
416 da nova lei, criaram uma nova relação de parceria como poder público e que, o Marco Regulatório  
417 para as Organizações é uma agenda de mobilização e lutas. Postulou que marco trouxe os  
418 seguintes avanços: I) reconheceu importância das organizações, propondo e implementando  
419 políticas públicas e das parcerias como instrumento para consecução de finalidades de interesse  
420 público; II) reconheceu que o estabelecimento de um novo regime jurídico das parcerias é  
421 fundamental; III) definiu diretrizes para uma política efetiva de fomento, de colaboração e de

422 cooperação entre o poder público e as organizações; IV) gestão pública democrática, de  
423 participação social e transparência; VI) diretrizes que buscam promover, incentivar, fortalecer e  
424 capacitar às organizações; VII) valorização do planejamento para o poder público e para as  
425 organizações; VIII) valorização do plano de trabalho; IX) prestação de contas estabelecida com  
426 procedimentos, prazos claros e que priorizam o controle de resultados. Desafios: I) difundir a lei  
427 como uma conquista de um novo regime jurídico que reconhece as peculiaridades das outras  
428 organizações, distinguindo-as do poder público; II) implementação da lei nos Estados e nos  
429 municípios, contando com a participação das organizações; III) participação da sociedade civil no  
430 estabelecimento de indicadores de monitoramento e avaliação; IV) estabelecimento de  
431 procedimentos e manuais de prestação de contas; V) transparência nos processos de seleção e  
432 celebração; VI) superar a lógica do controle de meios, a execução do objeto como principal e a  
433 execução financeira como complementar; VII) criar programas permanentes de formação e  
434 capacitação; VIII) criar políticas com recursos específicos que viabilizem a promoção do  
435 fortalecimento institucional e de incentivo as organizações para a cooperação com o poder  
436 público; IX) garantir através de mecanismos os recursos, condições para que a política de fomento  
437 se concretize, onde as organizações possam propor projetos inovadores que apontem para novas  
438 políticas públicas. Destacou que a lei, dentro da linha de avanços e desafios, foi construída em um  
439 processo de bastante debate e que, as organizações colaboram com o poder público na execução  
440 de políticas públicas. O Sr. Fábio Moassab Bruni agradeceu pelas apresentações e intuiu que a lei  
441 tem bastante a oferecer para o SUAS, por compartilhar os princípios de transparência, de busca de  
442 critérios, de facilidade na prestação de contas e na regularidade das parcerias. A Conselheira  
443 Thatiane Aquino Araújo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – REDE  
444 TRANS/SE, ponderou que a preocupação do governo é tentar dispensar, nos municípios, fóruns  
445 que discutam junto com a gestão municipal e ressaltou que o problema é o decreto ser utilizado  
446 para afastar e criar obstáculos para não aproximar o papel do Conselho de executar ações. A  
447 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho parabenizou pelas apresentações e postulou que  
448 gostaria que explicassem mais sobre a dispensa do chamamento público. O Sr. Maurício José Silva  
449 Cunha reforçou que devem ficar atentos para que o Marco Regulatório não seja usado para  
450 emperrar as parcerias e questionou o que lei trata sobre a questão do atraso de repasses por  
451 parte do poder público e como ficará a aplicação da lei em relação ao repasse de recursos  
452 administrados pelos Conselhos Municipais. Compreendeu que precisam pensar na capacitação dos  
453 gestores, especialmente dos pequenos municípios e que, seria interessante a criação de uma  
454 cartilha de orientação aos Conselheiros e aos gestores. O Conselheiro Leovane Gregório  
455 compreendeu que precisam discutir com a Secretaria responsável pelo marco, para que os  
456 municípios entendam muito bem esse processo e o Conselheiro Sávio Angelin Pereira informou  
457 que o CONGEMAS, através da gestora de Atibaia, passou algumas preocupações em relação às  
458 questões dos municípios, como com o chamamento público, o tempo de implantação da  
459 plataforma de visualização da prestação de contas e da transição. A Sra. Kathyana Dantas  
460 Machado Buonafina explicou que pode haver a dispensa do chamamento público, porém, deve ser  
461 feito um processo que justifique a mesma no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços  
462 de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil  
463 previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. Explanou que a ideia seria  
464 normatizar o credenciamento pelo órgão gestor da Política de Assistência Social, ter o Cadastro

465 Nacional de Entidades de Assistência Social e compreendeu que precisam debater sobre a  
466 capacidade de a rede absorver, pensando em período de transição. Elucidou que valeria a pena  
467 detalhar a resolução sobre a dispensa, dizendo que a mesma é para casos de termos de  
468 colaboração, voltadas a serviços já padronizados no âmbito do SUAS. Em relação ao atraso de  
469 repasse por parte do poder público, informou que a lei abordou apenas o prorroga de ofício e que,  
470 é possível negociar algumas questões através do plano de trabalho. Arrazouou que os indicadores  
471 são propostos no plano de trabalho e que, a capacitação de gestores e das OSCs está abordada na  
472 lei e estão criando a primeira turma de multiplicadores para que possam dar o curso para os  
473 municípios, que será realizada do dia 17 a 20 de outubro. Apresentou o *site* em que os  
474 Conselheiros encontrarão todas as informações sobre o Marco Regulatório e ressaltou que é  
475 importante o CNAS discutir e definir sobre as questões de dispensa, de chamamento público e a  
476 priorização do CEBAS dentro da Lei 13.019, trabalhando na construção de manuais específicos  
477 com a linguagem do SUAS. O Sr. Aguinaldo Lima entendeu que a questão da participação tem uma  
478 postura das organizações de ser ativas no processo, o que impacta no chamamento público e na  
479 sua dispensa e ponderou que é responsabilidade da organização fazer a gestão do recurso.  
480 Salientou que a proposta da cartilha é muito importante e inferiu que o CONGEMAS teria que se  
481 aprofundar no debate e que, a Assistência Social poderia contribuir muito em pensar em bons  
482 planos de trabalho para serviços tipificados. A Conselheira Edna Aparecida Alegro postulou que na  
483 Comissão de Normas foi discutido sobre o credenciamento das organizações, sendo aquelas que  
484 estão no CNEAS e questionou em que momento é exigido à inscrição de um projeto novo que não  
485 está tipificado. Compreendeu que a prestação de contas simplificada pode trazer um complicador,  
486 uma vez que vai depender do gestor e que, esse tema poderia ser trabalhado pela Comissão de  
487 Normas, para minimizar os efeitos da possibilidade de entendimento em cada município. A  
488 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho notificou que é uma das metas da Comissão de  
489 Normas a criação de materiais e intuiu que seria interessante o indicativo de dois Conselheiros que  
490 pudessem participar do curso de capacitação, já que o mesmo ocorrerá na mesma data da  
491 Plenária. O Sr. Fábio Moassab Bruni explicou que oficialmente nenhum Conselheiro pode estar  
492 presente no curso representando o CNAS e questionou se a Secretaria-Executiva do CNAS poderia  
493 participasse, se tivesse uma vaga, para suprir um pouco a necessidade de ter os subsídios. A Sra.  
494 Caroline Aires, Representante do DGSUAS/SNAS/MDSA, informou que desde 2015 existe uma  
495 Câmara Técnica no âmbito da Comissão Intergestora Tripartite que discute as várias nuances da  
496 aplicação dessa lei com os gestores, sendo que uma das ações é produzir uma orientação no  
497 formato de perguntas e respostas e, que está sendo articulada pelo Departamento de Gestão do  
498 SUAS com a ENAP a produção de um curso para os gestores e para as entidades. O Conselheiro  
499 Clodoaldo José Oliva Muchinski relatou que o município de São Paulo elaborou um decreto, que  
500 está em consulta pública, que orienta que cada Secretaria crie a sua portaria, devido às  
501 especificidades de cada política pública e compreendeu que caberia o Conselho pensar nessa  
502 orientação em relação aos municípios. A Sra. Kathyana Dantas Machado Buonafina explicou que o  
503 fato de ter retirado o corte em relação à prestação de contas simplificada não significa que não  
504 existe mais a mesma e afirmou que a lei aborda que toda e qualquer prestação de contas das  
505 parcerias com as organizações da sociedade civil agora são simplificadas. Intuiu que a  
506 padronização dos planos de trabalho será essencial na implementação do MROSC na Assistência  
507 Social e comunicou que deve estar, até a semana que vem, no máximo, no *site* da AGU os modelos

508 de edital de chamamento público para termo de fomento e termo de colaboração. Explanou que  
509 já havia combinando com a Sra. Caroline Aires que conseguiriam pactuar até cinco vagas para o  
510 MDS e o CNAS, podendo entrar em acordo de quem seria os participantes. A Conselheira Célia  
511 Maria de Souza Melo Lima arrazoou que querem uma vaga para o FONSEAS, por se tratar de um  
512 curso para multiplicador e ilustrou que multiplicarão nos Estados e para os seus municípios. A Sra.  
513 Kathyana Dantas Machado Buonafina informou que o formulário de pré-inscrição será liberado até  
514 o dia 22 de setembro e será realizada a seleção de 70 participantes, entretanto, afirmou que será  
515 garantido internamente uma vaga para o FONSEAS. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira discorreu  
516 que gostariam de uma vaga para o CONGEMAS e o Sr. Fábio Moassab Bruni comentou que estão  
517 entendendo que será garantida uma vaga para o FONSEAS, uma para o CONGEMAS, uma para as  
518 entidades da sociedade civil e uma para a Secretária-Executiva do CNAS, sugerindo que seja  
519 enviado um *e-mail* para o CNAS para encaminhamento a Sra. Caroline Aires, para fins de registro.  
520 O Sr. Aginaldo Lima entendeu que o questionamento que se importa em relação à prestação de  
521 contas é se as pessoas foram atendidas com o recurso disponível e com qualidade e que, o desafio  
522 de superar o controle de *e-mails* para o controle de resultado é o debate que deve ser repetido.  
523 Colocou-se a disposição para o debate e afirmou que está muito empolgado com essa nova  
524 legislação. A Conselheira Edna Aparecida Alegro concordou que o resultado prevalece ao  
525 financeiro e inferiu que a maioria das entidades não possui o conhecimento de quanto custa o  
526 serviço. O Presidente do CNAS agradeceu aos convidados pelos aportes que introduziram o debate  
527 e aos Conselheiros pela pontualidade nas explanações. **ENCERRAMENTO 14/09/2016:** O Sr. Fábio  
528 Moassab Bruni desejou bom descanso a todos e encerrou o primeiro dia de Reunião Ordinária do  
529 CNAS. **ABERTURA 15/09/2016:** O Sr. Fábio Moassab Bruni iniciou o segundo dia de Reunião  
530 Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e solicitou que a Secretária-Executiva realizasse a  
531 verificação do quórum. Verificado o quórum, passou ao primeiro ponto de pauta, Apresentação  
532 sobre Concessão de Diárias e Passagens. O Sr. Guilherme, Representante da SAA, cumprimentou a  
533 todos e explicou que apresentará sobre o funcionamento do sistema utilizado para a concessão de  
534 diárias e passagens. Explicou que o funcionamento do sistema utilizado para a concessão de  
535 diárias e passagem é totalmente automatizado e trabalha com compra direta. Com relação às  
536 diárias, esclareceu que o decreto estende para as participações em reuniões do Colegiado, sendo  
537 que foi definido pelo Ministro que o valor das diárias equivale a um DS6. Arrazoou que o adicional  
538 de deslocamento serve para auxiliar no deslocamento entre a casa e o local de trabalho ou  
539 aeroporto e entre o aeroporto e o local de trabalho e salientou que é importante que seja  
540 fornecido a conta corrente correta, para que o pagamento não retorne. Elucidou que além da  
541 reserva de passagem e feita à indicação de voo, aprovação da despesa, execução financeira e a  
542 prestação de contas. Explicou como são escolhidos os voos e sugeriu que, quando houver  
543 alterações e cancelamentos, devem consultar a Sra. Maira, pois o ressarcimento não é válido  
544 quando é feito pelo próprio Conselheiro. Ponderou que a prestação de contas é muito importante,  
545 uma vez que não poderá ser realizada outra viagem se houver alguma anterior pendente e  
546 comentou que o trecho rodoviário é ressarcido, porque não possuem contrato para emissão do  
547 mesmo. O Sr. Ayton Martinello, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretária-  
548 Executiva do MDSA, cumprimentou a todos e postulou que na Ação 8249 do SPOAD, que tratada  
549 do funcionamento dos Conselhos, possui empenhado um valor total de R\$1.420.000,00 e pago  
550 R\$866.000,00, resultando em R\$560.000,00 ainda para serem pagos em cima dos valores que

551 estão empenhados. Com relação às diárias e passagens, informou que em 2015 foram gastos  
552 R\$466.000,00 com diárias e R\$599.000,00 com passagens, totalizando R\$1.066.000,00 e que, em  
553 2016 foi gasto R\$255.000,00 em diárias e R\$ 366.000,00 em passagens, totalizando de  
554 R\$621.000,00. O Conselheiro Carlos Nambu realizou a leitura do Parágrafo Único do Artigo 16 da  
555 LOAS e explanou que o Conselho realiza um planejamento orçamentário, inclusive em  
556 consonância com seu Regimento Interno, que prevê ações e atividades a serem executadas.  
557 Ressaltou que tiveram reduções de atividade e reduções de representações devido ao limite  
558 orçamentário e que, durante o período de 2016, tiveram dois cortes do limite mensal  
559 apresentados na Comissão de Financiamento e Orçamento. Arrazouou que existe um problema na  
560 planilha apresentada na Comissão em relação às passagens, pois no mês de junho para julho  
561 tiveram uma diferença de passagem de R\$5.148,00 e compreendeu que é um enfraquecimento  
562 para o controle social, em razão de não haver a antecipação das passagens, que poderiam ser mais  
563 baratas. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão questionou se poderia  
564 escolher uma opção de passagem em que o trecho é mais complicado, sendo que para o seu  
565 cotidiano seria a melhor opção e se poderia solicitar o ressarcimento de combustível, quando se  
566 tratar de uma reunião mais próxima de sua localidade. O Conselheiro Leovane Gregório indagou  
567 qual é o financeiro dos sete milhões de reais que o CNAS tem para funcionar e se o CNAS estará  
568 subordinado a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento para funcionar ou tem autonomia  
569 para fazer as suas ações. Compreendeu que é importante trabalhar na melhoria da  
570 operacionalização. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça discorreu que com um ano de  
571 antecedência é definido o calendário de reuniões ordinárias, das trimestrais e das reuniões  
572 regionais, justamente para otimizar os custos. O Sr. Ayton Martinello ponderou que houve alguns  
573 problemas de repesamento de passagens no Ministério, que a princípio agora estão solucionados  
574 e afirmou que levará a questão ao Secretário-Executivo para tentar melhorar essa parte. Postulou  
575 que precisa saber quanto o Conselho necessita para realizar as atividades que estão programadas  
576 para fechar o orçamento do ano. O Conselheiro Carlos Nambu frisou que estão em uma situação  
577 complicada justamente pelos cortes mensais, que estão deixando em dúvida se o Conselho  
578 funcionará nos próximos meses até o final de 2016. O Sr. Fábio Moassab Bruni lembrou que o  
579 limite é para todas as Secretarias no âmbito do SUAS e que, estão realizando um esforço para  
580 otimizar a atuação e os recursos disponíveis. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho  
581 informou que é uma atribuição da Secretaria-Executiva acompanhar a execução da Ação 8249 e  
582 que, trimestralmente a Secretaria-Executiva se dirige a Comissão de Financiamento e apresenta  
583 um relatório da execução e quando necessário, uma reprogramação do orçamento e a proposta  
584 de planejamento orçamentário para o ano subsequente. Relatou que encaminhará a  
585 reprogramação orçamentária das atividades do Conselho de julho a dezembro de 2016, que  
586 obedeceram, tanto o Regimento Interno, como calendário de reuniões do CNAS e o plano de ação  
587 em andamento. Lembrou que existem a representação do CNAS em algumas instâncias, comitês e  
588 comissões que funcionam para além do pleno e as reuniões descentralizadas e ampliadas que são  
589 previstas minimamente duas vezes por ano. O Sr. Guilherme explicou que nada impede de  
590 escolher um voo mais longo, apenas é necessário indicar no plano de viagem e que, o  
591 deslocamento rodoviário pode ser ressarcido. Explanou que as as solicitações de passagem  
592 chegam com 15 ou 10 dias de antecedência. O Sr. Fábio Moassab Bruni elucidou que a convocação  
593 da próxima reunião sai logo na sequência a que está sendo realizada, visto que muitas vezes falta

594 o limite dentro do sistema para que sejam inseridas as passagens. O Sr. Ayton Martinello  
595 comprometeu-se a conversar com o Sr. Guilherme e com o Secretário Paulo Roberto para buscar  
596 alternativas e o Conselheiro Leovane Gregório ponderou que gostaria que houvesse um esforço da  
597 Subsecretaria de Planejamento, da Secretaria-Executiva e da Comissão de Orçamento e Finanças  
598 desse Conselho, para que possam chegar à possibilidade de valores para finalizar os trabalhos até  
599 o final do ano. O Sr. Ayton Martinello ponderou que pode fazer parte da Comissão de Orçamento  
600 e Finanças ou algum representante da Secretaria de Planejamento e a Sra. Alexandra, Chefe de  
601 Gabinete, destacou que a SNAS está se esforçando para sanar todas as questões administrativas. A  
602 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão questionou se está sendo garantida a  
603 realização da reunião descentralizada na região norte, provavelmente no Estado do Pará, uma vez  
604 que discutiram na Presidência Ampliada que havia a falta de verbas que garantisse a mesma. O  
605 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski compreendeu que todos estão cientes da crise  
606 financeira que está assolando o país, porém, crê que o CNAS não pode viver sobre o clima de  
607 insegurança e de incerteza quanto à continuidade de suas atividades. O Sr. Fábio Moassab Bruni  
608 discorreu que a Secretária-Executiva está refazendo os cálculos considerando as próximas  
609 atividades e salientou que é um compromisso continuar mediando à questão, para que de fato  
610 possam garantir todas as atividades até o final de 2016. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos  
611 Santos, Representante do Fórum Nacional dos Usuários da Assistência Social – FNUSUAS/PA,  
612 cumprimentou a todos e intuiu que precisam garantir que a reunião seja realizada na região norte  
613 e questionou se está sendo garantida na explanação dos convidados, que as ações do Conselho  
614 terão recursos para financiar suas atividades. O Sr. Ayrton Martinello afirmou que ajudarão o  
615 máximo possível, entretanto, não está garantindo o recurso. O Sr. Fábio Moassab Bruni comunicou  
616 que, assim que a Secretária-Executiva terminar os cálculos, entrarão em contato com o gabinete  
617 da Secretaria e agradeceu a presença dos convidados. Prosseguindo para o próximo item de  
618 pauta, Relato da Comissão de Ética, a Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho  
619 informou que a Comissão está aguardando a indicação do dativo para fazer a avaliação do  
620 processo. Com relação ao Relato da Reunião da Presidência Ampliada realizado no dia 13 de  
621 setembro de 2016, o Sr. Fábio Moassab Bruni realizou a leitura dos participantes presentes na  
622 mesma e postulou que foram tratados os seguintes itens: I) Informe da reunião das Comissões  
623 Temáticas, que mereceram destaque na Presidência Ampliada, em que foi explanado sobre os  
624 assuntos relevantes das seguintes comissão temática: Comissão de Política, Comissão de  
625 Conselhos, Comissão de Normas e a Comissão de Financiamento. II) XI Conferência Nacional de  
626 Assistência Social em 2017; data: 05 a 11 de dezembro de 2017; Minuta de Portaria de  
627 Convocação Anexo A; Minuta de Resolução sobre a composição da Comissão Organizadora Anexo  
628 B. Encaminhamento: encaminhar o documento das Conferências Nacionais de Assistência social,  
629 dados sobre as Conferências e suas deliberações para subsidiar os integrantes da Presidência  
630 Ampliada na construção de sugestões sobre o tema da XI Conferência a ser discutido no âmbito  
631 dessa Presidência em outubro. III) Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS. Data: 22, 23 e 24  
632 de novembro de 2016. Local: região norte ou Brasília; tema: Plano Decenal. Programação: a ser  
633 discutida e apresentada pelos integrantes da Presidência Ampliada na reunião de outubro com o  
634 indicativo logístico e de uma reunião em plenária. Minuta de programação: dia 22 de novembro,  
635 das 8h00 às 9h00 - credenciamento; das 09h00 às 10h00 - abertura, das 10h00 às 12h30 - Mesa  
636 Redonda I, das 11h30 às 13h00 - debates; das 14h30 às 16h30 - Mesa Redonda II; 16h30 às 18h00

637 – debate; dia 23 de novembro das 9h00 às 12h00 - oficinas à Luz do Plano Decenal, tendo quatro  
638 temas como oficinas: BPC, Programa Criança Feliz, MROSC e financiamento, qualificação da rede e  
639 manutenção dos serviços; das 14h00 às 17h00 - sistematização das oficinas e debates; dia 24 de  
640 novembro das 9h00 às 17h00 - 249ª Reunião Ordinária do CNAS. IV) Lançamento da pesquisa do  
641 Fórum nacional de Instituições Filantrópicas a contrapartida das instituições filantrópicas para o  
642 Brasil, que visa verificar qual o retorno para a sociedade brasileira que a isenção fiscal  
643 proporciona, sendo que o resultado está exposto na pesquisa, no *link*:  
644 [www.fonif.org.br/publicacoes/pesquisa/](http://www.fonif.org.br/publicacoes/pesquisa/). Os representantes do FONIF solicitam franquear a  
645 pesquisa a todos os conselheiros e assim, a Presidência Ampliada encaminhou. V) Convite para o  
646 36º Encontro do FONACEAS em Maceió, a ser realizado no período de 09 a 11 de novembro de  
647 2016, visto que Secretário-Executivo do CEAS Alagoas, Audrey Trevas, por meio de *e-mail* datado  
648 26 de agosto de 2016 enviou cópia da Resolução CEAS nº 14 / 2016, que designa o 36º Encontro  
649 do FONACEAS em Maceió Alagoas e convidou o Presidente Fábio Moassab Bruni, o Conselheiro  
650 Leovane Gregório, a Secretaria-Executiva do CNAS para o mesmo. Encaminhamento: O Presidente  
651 do CNAS participará da reunião do FONACEAS em Maceió. VI) Informes: a) Ofícios circulares nº 02  
652 e 08 de 2016 da Presidência do CNAS enviados aos CEAS e CAS/DF sobre a previsão orçamentária e  
653 financeira para a realização do ciclo conferencial 2017 e a manutenção do orçamento para  
654 Assistência Social para 2017. b) CEAS/MG por meio do ofício 189/2016 informou ao CNAS a  
655 inclusão dos recursos que garantam a realização e participação democrática nas Conferências de  
656 Assistência Social de 2017 e ainda que os municípios tenham sido orientados pelo CEAS, bem  
657 como pelo órgão gestor a incluírem seus orçamentos na realização de participação nas  
658 Conferências Municipais de Assistência social. c) Nota conjunta de CONGEMAS, UNDIME,  
659 FONACEAS sobre a proposta de emenda constitucional 241/2016. d) Resposta ao ofício CNAS  
660 31/2016 da Presidência do CNAS de 18 de julho de 2016 enviado à Secretaria Estadual do  
661 Desenvolvimento Social de São Paulo sobre demanda vinda da Secretaria Municipal de  
662 Desenvolvimento Social de Piracicaba. VII) Leitura da Portaria Conjunta que dispõe sobre a  
663 convocação da XI Conferência Nacional de Assistência Social e de outras providências. VIII)  
664 Proposta de pauta da 248ª Reunião Ordinária do CNAS, no período de 18 a 20 de outubro de 2016:  
665 17 de outubro 2016: reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
666 renda das 14h00 às 18h00; 18 de outubro de 2016: 09h00 às 13h00 - reunião conjunta da  
667 Comissão de Benefícios e de Normas, Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de  
668 Política da Assistência Social; das 14h00 às 16h00 - reunião conjunta entre Comissão de Política da  
669 Assistência Social e Comissão de Normas da Assistência Social; das 09h00 às 16h00 – reunião  
670 conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e a Comissão de  
671 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 16h00 às 19h00 Presidência Ampliada e  
672 Comissão de Ética. 19 de outubro de 2016: Plenária – das 9h00 às 09h30 a Aprovação da Ata da  
673 247ª Reunião e da pauta da 248ª reunião; 9h30 às 12h00 informes da Presidência e da Secretaria-  
674 Executiva, do MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; 14h00 às 16h00 - Apresentação  
675 sobre o atendimento a criança e adolescente em situação de rua em questões de tipologia e  
676 questão conceitual, tendo como sugestão de convidados: Manoel Torquato e Irene Rizzini; das  
677 16h00 às 18h00 - debate sobre a XI Conferência Nacional de Assistência Social - Presidência  
678 Ampliada. 20 de outubro de 2016 – Plenária: das 09h00 às 10h00 - relato da Presidência  
679 Ampliada; das 10h00 às 11h00 - relato da reunião conjunta entre a Comissão de

680 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e Comissão de Normas da Assistência  
681 Social; das 11h00 às 12h30 - relato da reunião conjunta entre a Comissão de Política da Assistência  
682 Social e a Comissão de Normas da Assistência Social, seguido do relato da Comissão de Política da  
683 Assistência Social; das 14h00 às 15h00 - relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
684 Assistência Social; das 15h00 às 16h00 - relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos  
685 de Assistência Social; das 16h00 às 17h00 - relato da Comissão de Normas da Assistência Social. A  
686 Conselheira Mariana de Souza Machado Nery esclareceu que a Comissão de Normas terá três  
687 agendas na mesma reunião de outubro e o Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho lembrou  
688 que para a publicação da resolução com a composição da Comissão Organizadora da Conferência  
689 Nacional, ficou acordado que a sociedade civil e o governo indicariam os nomes dos  
690 representantes. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos informou que pela sociedade  
691 civil foram indicados: Conselheiro Carlos Nambu como titular e a Conselheira Edna Aparecida  
692 Alegro como suplente pelas entidades, a Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho  
693 como titular e a Conselheira Thatiane Aquino Araújo como suplente pelo segmento de usuários,  
694 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira como titular e o Conselheiro Leovane Gregório como  
695 suplente pelo segmento de trabalhadores. O Sr. Fábio Moassab Bruni comunicou pelo governo  
696 foram indicados: a Conselheira Solange Teixeira como titular e a Conselheira Raquel de Fátima  
697 Antunes Martins como suplente, a Conselheira Márcia Cristina Leal Góes como titular e o  
698 Conselheiro Sávio Angelin Pereira como suplente, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima  
699 como titular e a Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida como suplente. A Conselheira Solange  
700 Teixeira sugeriu tratar na oficina ao invés do BPC os programas de transferência de renda, sendo o  
701 BPC e o Bolsa Família. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins compreendeu que seria  
702 interessante sugerir que fossem consideradas todas as alterações do BPC e do Bolsa Família, pois o  
703 BPC não é um programa de transferência de renda. Defendeu a necessidade de realizar duas  
704 oficinas, considerando que existem diferenças do ponto de vista do público que recebe o Bolsa  
705 Família e o BPC e das demandas e necessidades dos mesmos. Após várias discussões, os  
706 Conselheiros decidem manter a programação como proposta de uma oficina conjunta do BPC e do  
707 Bolsa Família. Não havendo mais nenhum comentário, o Conselheiro Carlos Nambu iniciou o  
708 relato da Comissão de Financiamento realizando a leitura dos participantes presentes na reunião  
709 realizada em 13 de setembro de 2016. Postulou que foram debatidos os seguintes itens: I) Revisão  
710 do Plano de Ação, em que a Comissão avaliou o plano de ação, bem como suas metas, estratégias,  
711 operacionalização e prazos, adequando assim às etapas futuras a serem trabalhadas pela  
712 comissão. Encaminhamento: A Comissão recomenda a inclusão do Item 1.4 e retomar o debate  
713 junto ao Ministério do Planejamento, sobre reconhecimento dos recursos da Assistência Social  
714 como obrigatórias para a pauta de outubro da comissão. II) Resposta ao ofício CEAS/MG número  
715 189, que constava do relato da Presidência Ampliada. Encaminhamento: Resposta ao ofício CEAS  
716 MG número 189 por meio do ofício número 05/ 2016/CF/PRES/CNAS. III) Estudo de  
717 compatibilidade do período de aprovação dos planos e prestação de contas com os mandatos dos  
718 Conselhos Estaduais no país e realização de reunião conjunta com a Comissão de  
719 Acompanhamento aos Conselhos (CAC). Encaminhamento: A comissão recomenda seja pautado o  
720 debate da próxima reunião trimestral (dezembro / 2016) com o CEAS para a construção de  
721 estratégias. IV) Apreciação do relatório de gestão de 2015. Encaminhamento: Dentro de  
722 aproximadamente 40 dias o relatório de gestão de 2015 estará disponibilizado no *site* do MDS, da

723 CGU e TCU, sendo que a SNAS encaminhará o arquivo em PDF. V) Apreciação da memória de  
724 cálculo da proposta orçamentária de 2017 sobre o detalhamento das metas físicas consideradas  
725 no orçamento. Encaminhamento: A Comissão apresentará para o Plenário o Projeto de Lei  
726 Orçamentária Anual – PLOA de 2017, que foi encaminhado para o legislativo, para conhecimento e  
727 debate.VI) Definição da pauta da reunião de outubro: Apresentação do relatório de execução  
728 orçamentária e financeira do Fundo Nacional - terceiro trimestre; Apresentação do relatório da  
729 Ação 8249, funcionamento dos Conselhos de Assistência Social - terceiro trimestre; Debate sobre  
730 o reconhecimento dos recursos da Assistência Social como obrigatória, Meta I – Ação 1.4 do Plano  
731 de Ação. Com relação à proposta orçamentária e a PLOA 2017, Conselheiro Sávio Angelin Pereira  
732 compreendeu que os cortes na proteção básica na ordem de quase R\$350 milhões, aponta uma  
733 precarização no SUAS, uma vez que se trata de recursos dos CRAS, que são a porta de entrada da  
734 Assistência Social. Entendeu que o Conselho deveria ter alguma função na questão da manutenção  
735 dessa proposta e não aceitar a redução, especialmente na proteção básica. Arrazouou que outro  
736 dado que lhe chama atenção é a redução pela metade do apoio a organização de gestão da  
737 vigilância socioassistencial de R\$40 milhões para R\$19 milhões. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes  
738 Fogaça explanou que gostaria de entender de onde veio o recurso de R\$285 milhões para o  
739 desenvolvimento integral do Programa Primeira Infância, já que não foi pactuado pela CIT e nem  
740 passou pelo Conselho. O Conselheiro Carlos Nambu explicou que trouxeram essas questões para o  
741 pleno, por se tratar de situações maiores colocadas para a Comissão. O Conselheiro Sávio Angelim  
742 Pereira propôs que o pleno delibere em relação à manutenção da resolução do conselho da não  
743 redução do recurso orçamentário para 2017 e o Sr. Fábio Moassab Bruni esclareceu que houve a  
744 manutenção do orçamento aprovado no Conselho em 2016, visto que houve no envio da proposta  
745 de lei orçamentário um corte de magnitude. O Conselheiro Carlos Nambu questionou como será a  
746 ação direta do Programa Criança Feliz se não foi pactuado na CIT e o Sr. Adailton Amaral Leite,  
747 Assessor da SNAS, ponderou que, quando iniciaram a discussão sobre o orçamento do SUAS, não  
748 havia sido definido limites orçamentários pelo Ministério do Planejamento, através da Secretaria  
749 de Orçamento Federal. Afirmou que entre a proposta da SNAS e o valor incorporado na PLOA  
750 houve reduções e que, existe uma preocupação em relação às demais ações. Elucidou que na  
751 votação de 2016 para o PLOA 2017, possuem cerca de R\$107 milhões nas ações do primeiro grupo  
752 que passou de R\$2.011.000.000,00 para R\$2.118.000.000,00 e que, se observarem a execução  
753 direta que estão as Ações 8893 e 8249, hoje totalizam a dotação de R\$31.407.000,00 em 2016  
754 para R\$26.700.000,00. A 2016 foi Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho compreendeu que na  
755 proposta anterior de execução direta não estava incluso o desenvolvimento integral da infância e  
756 indagou como podem justificar ter um corte tão grande na proteção social básica. A Conselheira  
757 Carmen Lúcia Lopes Fogaça questionou como será executado o Programa Primeira Infância e  
758 pontuou que possui uma preocupação com relação aos questionamentos do Tribunal de Contas  
759 sobre a disparidade do que foi aprovado com relação aos cortes. A Conselheira Luziana Carvalho  
760 de Albuquerque Maranhão ponderou que o que tinha de previsão orçamentária para a atenção  
761 básica era o necessário para funcionar e indagou como é que a proteção básica vai funcionar com  
762 um corte em torno de R\$300 milhões e com o acréscimo do Programa Primeira Infância. O  
763 Conselheiro Carlos Nambu discorreu que o Artigo 18 da LOAS nos Incisos VIII, IX, X, XI e o Artigo 19  
764 nos Incisos II e XIV tratam da competência do CNAS e do órgão da Administração Pública Federal e  
765 que, mesmo baseando o orçamento com o corte, aprovaram a Resolução nº 08 que dá os

766 parâmetros da proposta orçamentária de 2017. O Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski  
767 articulou que são R\$29.824.803,00 milhões de corte na Proteção Social Básica em relação à PLOA  
768 de 2016 e questionou como o Conselho se posiciona em relação a essa questão. O Conselheiro  
769 Benedito Augusto de Oliveira postulou que observam nesse governo uma ação da reforma fiscal  
770 atingindo largamente a área social e compreendeu que precisam politizar o debate sobre a PEC  
771 241. O Sr. Adailton Amaral Leite informou que o prazo para apresentar o Projeto de Lei  
772 Orçamentária ao Congresso é 31 de agosto e que, o Programa Primeira Infância está sendo  
773 debatido em uma Câmara Técnica na CIT, supondo que os resultados serão colocados para o  
774 Conselho. Afirmou que a SNAS não executará esse programa diretamente e será executado via  
775 Fundo, no que couber a Assistência Social e explicou que o fato da SNAS se comprometer a  
776 trabalhar para viabilizar uma proposta, não significa garantia de recurso. Discorreu que a próxima  
777 etapa da apresentação do trâmite do PLOA ou da elaboração do orçamento, é etapa de  
778 negociação no Congresso, sendo o espaço político de atuação de vários grupos. O Sr. Fábio  
779 Moassab Bruni agradeceu pelos esclarecimentos e relatou que a questão do orçamento da  
780 Secretaria, que muitas vezes é operacionalizada pelo Fundo Nacional via esquemas de execução  
781 orçamentária, reforça a importância de avaliar as ações que passam pela Secretaria. Sugeriu, como  
782 encaminhamento, que o CNAS indique um Conselheiro para acompanhar as atividades da Câmara  
783 Técnica da CIT sobre o Programa Primeira Infância e que, seja enviada uma solicitação oficial do  
784 CNAS, de recomposição dos valores necessários a manutenção dos serviços a Comissão de  
785 Assuntos Sociais, a Comissão de Legislação e Participação e a Comissão Mista de Orçamentos e  
786 Finanças. O Conselheiro Carlos Nambu compreendeu que devem considerar a redução de R\$500  
787 mil do controle social e o Sr. Fábio Moassab Bruni explicou que a Secretária-Executiva conseguiu  
788 planejar todas as atividades do Conselho dentro do orçamento de sete milhões de reais e sugeriu  
789 que a reunião fosse interrompida para o intervalo do almoço, seguindo posteriormente para a  
790 leitura do encaminhamento proposto pela Secretária-Executiva. Reiniciada a reunião, o Presidente  
791 do CNAS realizou a leitura dos seguintes encaminhamentos definidos: *“Solicitar que um*  
792 *conselheiro do CNAS acompanhe a Câmara Técnica da CIT em relação ao Programa da Primeira*  
793 *Infância; Acompanhar junto ao Congresso Nacional a PLOA 2017 quanto à recomposição da*  
794 *proposta aprovada no CNAS, visando à manutenção das ações orçamentárias de serviços 2A60,*  
795 *2A65, 2A69 e apoio à organização, gestão e vigilância social no SUAS 8893.”*. O Conselheiro Carlos  
796 Nambu compreendeu que é necessária uma relação do CNAS com o relator da Comissão de  
797 Finanças e Orçamento com relação à PLOA 2017. O Sr. Fábio Moassab Bruni afirmou que  
798 consultarão as Comissões Temáticas dentro de cada Casa Legislativa que são afetas ao tema da  
799 Assistência Social, para que possam fazer a articulação e a Conselheira. Carmen Lúcia Lopes  
800 Fogaça inferiu que deveriam elaborar um documento que expresse a posição do Conselho. O Sr.  
801 Fábio Moassab Bruni entendeu que podem elaborar um ofício acompanhando as resoluções em  
802 que aprovam o orçamento e sugeriu aprovar o seu teor no âmbito da Presidência Ampliada, por e-  
803 *mail*, até a próxima semana. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira intuiu que precisam deixar claro  
804 que defendem a manutenção da proposta orçamentária de 2017, não aceitando redução, porém,  
805 explanou que nada impede de ter uma Comissão de Acompanhamento do Congresso Nacional.  
806 Seguindo para o relato do GT da PEC 241, o Sr. Sávio Angelin Pereira informou que foi realizada  
807 uma reunião por teleconferência no final de agosto, em que propuseram marcar uma audiência  
808 com o Ministro Osmar Terra para realizar alguns questionamentos acerca dos impactos da PEC 241

809 no orçamento da Assistência Social. Arrazoou que foi definida uma agenda às 18h30 de ontem, em  
810 seu gabinete, porém, houve um imprevisto por motivo de saúde e o Ministro não pode  
811 comparecer, cancelando a audiência. Apresentou as perguntas que foram elaboradas. A  
812 Conselheira Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre, Secretária do Estado do Mato Grosso do Sul,  
813 explicou que chegaram à conclusão prévia de que necessitariam de outras perguntas durante a  
814 discussão e notificou que foi estabelecido um grupo de trabalho contra a PEC 241 dentro da  
815 Câmara. A Conselheira Edna Aparecida Alegro arrazoou que a votação na Comissão será na  
816 primeira semana de outubro e em plenário na segunda quinzena de outubro, com  
817 encaminhamento posterior ao Senado. A Conselheira Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre  
818 ponderou que a sugestão do GT é que o Conselho precisa se posicionar oficialmente em relação a  
819 PEC e que seria ideal solicitar que a Comissão de Acompanhamento de Política passe a informar ao  
820 CNAS todos os trâmites que estejam acontecendo na Câmara e no Senado, para tentar  
821 acompanhar em tempo hábil as questões que afetam diretamente a Assistência Social.  
822 Complementou que também seria ideal extinguir esse GT, pois o mesmo cumpriu o papel de  
823 formular perguntas e de verificar a estrutura da PEC 241. O Conselheiro Benedito Augusto de  
824 Oliveira articulou que o GT realizou o levantamento sobre o impacto da PEC na política de  
825 Assistência Social e também na Previdência, na Saúde e na Cultura. Elucidou que a princípio, a PEC  
826 engessa os orçamentos dos Estados até 20 anos e esclareceu que a sugestão de extinção do GT é  
827 para que haja aprofundamento coletivo desse debate. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira  
828 postulou que o CONGEMAS realizou um comparativo do orçamento de 2002 a 2016 aplicando os  
829 efeitos da PEC retroativamente, sendo que o orçamento de 2003 foi de R\$11.140.819.312 e se  
830 aplicado a regra da PEC para 2004 seria de R\$9.230.000.000. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes  
831 Fogaça concordou que o Conselho precisa ter um posicionamento em relação a PEC 241 e sugeriu  
832 tentar agendar uma reunião, para que sejam realizados alguns esclarecimentos e a Conselheira  
833 Norma Suely de Souza Carvalho considerou que é muito importante a participação do Ministro no  
834 CNAS. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira compreendeu que antes da visita do Ministro, é  
835 importante discutir a PEC, pois todos os estudos mostram uma perda brutal de receitas na área da  
836 Assistência Social. O Sr. Fábio Moassab Bruni concordou com o Conselheiro Benedito Augusto de  
837 Oliveira e sugeriu manter o grupo de trabalho e convidar o Ministro para uma reunião, mais breve  
838 possível. O Conselheiro Sr. Leovane Gregório destacou que são contrários a PEC e entendeu que  
839 precisam elaborar documentos para discutir melhor e saber para onde querem essa política e a  
840 Conselheira Norma Suely Souza Carvalho compreendeu que não possuem tempo hábil para fazer  
841 um estudo detalhado sobre a PEC e que, talvez, deveria fazer outra abordagem ao Ministro. A  
842 Conselheira Mariana de Souza Machado Nery resgatou que objetivo do grupo ainda não foi  
843 alcançado, uma vez que não chegaram às conclusões necessárias e propôs que mantivessem a  
844 opção de o GT se encontrar com o Ministro, para posteriormente realizar uma conversa maior  
845 sobre os programas do governo. A Conselheira Solange Teixeira corroborou com o  
846 encaminhamento da Sra. Mariana de Souza Machado Nery e o Conselheiro Benedito Augusto de  
847 Oliveira salientou que seria necessário um aprofundamento do debate sobre a PEC. A Conselheira  
848 Carmen Lúcia Lopes Fogaça sugeriu disponibilizar uma cópia do documento de posicionamento  
849 com relação a PEC do CONGEMAS e caso houvesse acordo em relação ao mesmo, o CNAS  
850 endossá-lo. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão inferiu que poderiam se  
851 posicionar hoje sobre a essência do documento da PEC, pois isso não impediria a realização de

852 uma audiência com o Ministro para debater qual seria o caminho e o Conselheiro Sávio Angelin  
853 Pereira reforçou que independente da nota do CONGEMAS já existe um posicionamento conjunto.  
854 Após várias manifestações sobre o tema, o Presidente do CNAS sugeriu elaborar uma nota curta e  
855 direta em relação a PEC 241, solicitando que o Conselheiro Sávio Angelin Pereira, a Conselheira  
856 Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre, Conselheira Mariana de Souza Machado Nery e o  
857 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira se reúnam para elaborar a mesma até o final da  
858 reunião. Os conselheiros concordam com a sugestão e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo  
859 Lima inicia o relato da Comissão de Política realizando a leitura dos participantes presentes na  
860 reunião realizada no dia 13 de setembro de 2016. Discorreu que foram debatidos os seguintes  
861 itens: I) Discussão sobre a construção do Índice de Desenvolvimento do SUAS, consoante ao  
862 estágio de organização do SUAS, conforme estabelece o Art. 28 da NOB SUAS/2012.  
863 Encaminhamento: A Comissão propõe que o CNAS recomende à SNAS a construção do índice de  
864 Desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social – ID SUAS, conforme estabelecido no Art.  
865 28 da NOB SUAS/2012, com a participação dos entes federados Estadual, Municipal, DF e o CNAS,  
866 estabelecendo prazos e metas. II) Balanço da Expansão da Proteção Social Especial em âmbito  
867 municipal e estadual. Encaminhamentos: A SNAS fará o comparativo do nível de cobertura da  
868 Proteção Social Básica e Especial e encaminhará para apreciação da Comissão de Política; a  
869 Comissão sugere que a SNAS oriente aos Estados sobre a possibilidade de prorrogação de prazos  
870 dos aceites por mais um ano, desde que seja enviada a solicitação ao MDS com a devida  
871 justificativa; a SNAS enviará, para conhecimento da Comissão, a relação dos Estados e os motivos  
872 de cancelamento dos referidos, aceites Discussão das pautas conjuntas do CONANDA e CNAS; o  
873 documento será encaminhado para conhecimento dos Conselheiros integrantes da Comissão de  
874 Política; e a Comissão de Políticas e a Comissão de Normas realizará reunião conjunta para avaliar  
875 as proposta. IV) Fechamento da pauta de 18 de outubro: manhã: META 05-Ação 5.1 e 5.2 –  
876 Apresentação pela SNAS/MDS das ações intersetoriais para o fortalecimento do SUAS. Tarde:  
877 reunião conjunta da Comissão de Políticas com a Comissão de Normas para analisar e aprofundar  
878 as propostas do CONANDA. O Conselheiro Carlos Nambu sugeriu que a Comissão incluir na  
879 resolução sobre o acolhimento para crianças e adolescentes e a efetividade da intersetorialidade  
880 dos casos de saúde mental e drogatinação, como também a questão do estudo da porta de entrada  
881 e de saída. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima inferiu que nos documentos já tenha  
882 sido contemplada essa preocupação, entretanto, sugeriu que incluir no relato da Comissão esse  
883 acréscimo como lembrete. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão questionou  
884 se o cancelamento da residência inclusiva foi porque não atendeu os requisitos ou por não haver  
885 interesse dos municípios e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima explicou que dentro dos  
886 fatores que levaram aos cancelamentos foi pelo de não haver demanda de pessoas para a  
887 residência inclusiva e porque alguns municípios aproveitaram as unidades para crianças e  
888 adolescentes de acolhimento normal. O Sr. Fábio Moassab Bruni solicitou que seja ajustado o  
889 horário da pauta da reunião conjunta da Comissão de Política e de Normas para 13h30 e a Sra.  
890 Renata Ferreira destacou que o item da Meta III, inclusão produtiva, deve ser apresentado pela  
891 SESEP juntamente com a SNAS. Com relação ao relato da Comissão de Acompanhamento aos  
892 Conselhos da Assistência Social, a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão  
893 realizou a leitura dos participantes presentes na reunião realizada no dia 13 de setembro de 2016  
894 e informou que foram apreciados os seguintes pontos: I) Avaliação Reunião Regional Norte e da

895 Reunião Regional Sul/Sudeste. Encaminhamentos: A Comissão sugere que nos informes sobre os  
896 Planos de Trabalho dos CEAS e nos informes sobre as Reuniões Regionais pautado na Reunião  
897 Trimestral seja recomendado o prazo de 30 dias, a partir dessa Reunião Trimestral, para envio dos  
898 referidos planos ao conselho; solicita que o Decreto 8.805 de 2016, que trata do BPC, e o tema  
899 Programa Nacional para a Primeira Infância sejam abordados na reunião trimestral, com sugestão  
900 de ser apresentados pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, conforme programação  
901 anexa; devido os debates nas Reuniões Regionais sobre representatividade, a Comissão propõe  
902 que o assunto referente à deliberação da X Conferência Nacional de Assistência Social 27, seja  
903 item de pauta na próxima reunião desta comissão; recomenda estabelecer nova  
904 proporcionalidade na representação dos segmentos nos Conselhos e nas Conferências de  
905 Assistência Social, sendo 25% governo, 25% entidades/organizações de Assistência Social, 25%  
906 Usuários e 25% trabalhador, garantindo que cada segmento seja eleito entre seus pares, seja item  
907 de pauta na próxima reunião desta Comissão. II) Definição dos Conselheiros responsáveis por cada  
908 ação do Plano de Ação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Encaminhamentos: A  
909 Comissão sugere enviar o plano de ação para os Conselheiros da Comissão de Conselhos,  
910 informando que os Conselheiros ausentes nesta reunião poderão indicar o seu nome como  
911 responsável pelas ações, lembrando que em cada ação pode ter até dois responsáveis; as  
912 Conselheiras Dionara Borges e Márcia Góes estão indicadas como responsáveis por ações, devido  
913 seu interesse manifestado anteriormente pelo assunto; a Comissão também sugere que todos os  
914 Conselheiros apresentem, na próxima reunião da Comissão, suas contribuições sobre as ações de  
915 suas responsabilidades. III) Reunião Trimestral. Encaminhamento: a Comissão sugere revisão da  
916 pauta da Reunião Trimestral, conforme programação em anexo. IV) Discussão sobre o  
917 instrumental de avaliação utilizado atualmente nas reuniões regionais.V) Definição pauta de  
918 outubro: Discussão sobre a deliberação nº 27 da X Conferência Nacional da Assistência Social,  
919 tendo como convidado a SNAS; Plano de Ação da Comissão. V) Informes: Agradecimento dos  
920 membros da Comissão à coordenadora Celda Chaves de Souza pelo apoio e dedicação a esta  
921 coordenação desde a sua nomeação até este momento; Secretária Executiva Maria das Mercês  
922 acompanhou toda a reunião da Comissão; agradecimento à equipe técnica da Coordenação de  
923 Acompanhamento aos Conselhos que atendeu prontamente a toda a demanda de trabalho. O Sr.  
924 Fábio Moassab Bruni ponderou que a Secretária-Executiva está lembrando que foi objeto de  
925 discussão da Comissão a inclusão de dois itens de pauta da manhã, ou seja, a apresentação do BPC  
926 e do Programa Primeira Infância, que também foi uma demanda do CEAS. A Conselheira Solange  
927 Teixeira sugeriu acrescentar que a deliberação nº 27 trata da representatividade dos segmentos e  
928 a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos lembrou que na reunião passada do CNAS foi  
929 debatido sobre a recomposição do corpo técnico das Comissões, porém, informou que o problema  
930 ainda não foi solucionado. O Sr. Fábio Moassab Bruni explanou que está acompanhando os  
931 trâmites das nomeações, que já foram enviadas. A Conselheira Edna Aparecida Alegro informou  
932 que ficou definido a realização de uma reunião extraordinária da Comissão de Acompanhamento  
933 de Benefícios e Transferência de Renda para o dia 17 de outubro, com a seguinte pauta:  
934 Desdobramentos da proposta de regulamentação do Decreto 8805. Convidados: Secretaria  
935 Nacional de Assistência; Secretária Nacional de Renda e Cidadania; Instituto Nacional do Seguro  
936 Social; e Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Conselheira Rosângela  
937 Maria Soares dos Santos questionou como estão os encaminhamentos para os Estados do ofício

938 convite da reunião descentralizada e o Sr. Fábio Moassab Bruni ilustrou que os ofícios ainda não  
939 foram encaminhados aos Estados e que, a Secretaria-Executiva já elaborou a minuta do mesmo.  
940 Prosseguindo para o relato da Comissão de Normas da Assistência Social, a Conselheira Mariana  
941 de Souza Machado Nery realizou a leitura dos participantes presentes na reunião realizada no dia  
942 13 de setembro de 2016 e articulou que foram trabalhados os seguintes itens: I)  
943 Acompanhamento a implantação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil na  
944 Política de Assistência Social. Encaminhamento: A Comissão recomenda que os Conselheiros da  
945 Comissão de Normas possam trabalhar, por *e-mail*, a síntese dos pontos de atenção de  
946 Regulamentação da Lei nº 13.019/2014 no SUAS, para serem apresentados na reunião da  
947 comissão no mês de outubro. II) Inclusão de meta no Plano de Ação referente ao  
948 acompanhamento da regulamentação do Decreto 8.805/16. Meta VI: "*Acompanhar e propor*  
949 *normatizações relativas ao BPC*". Encaminhamento: A Comissão de Normas solicita a Presidência  
950 Ampliada que haja uma reunião extraordinária no mês de outubro junto com a Comissão de  
951 Acompanhamento, de Benefício e Transferência de Renda, para tratar da regulamentação do  
952 Decreto nº 8.805/2016; propõe reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos  
953 Conselhos na Reunião Ampliada e Descentralizada de novembro. III) Definição dos instrumentos a  
954 serem construídos pelo CNAS (orientações complementares, resoluções entre outros) que tratam  
955 da operacionalização da Lei nº 13.019/2014. Encaminhamentos: - A Comissão de Normas, solicita  
956 à Plenária, uma reunião conjunta com a Comissão de Política e com a Comissão de  
957 Acompanhamento aos Conselhos na reunião Descentralizada em novembro, para apreciação e  
958 aprovação da minuta de resolução que trata do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade  
959 Civil – MROSC; Agendar a atividade prevista na Meta I relativas às Orientações Técnicas sobre o  
960 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC para a reunião da comissão no  
961 mês de dezembro/2016. IV) trabalhar as operacionalizações das ações I e II da Meta I do Plano de  
962 Ação da Comissão de Normas. V) Definição da pauta para o mês de outubro: Apresentação pelo  
963 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP/MDS do 3º Relatório  
964 Trimestral/2016 com as informações sobre os processos de certificação de Entidades de  
965 Assistência Social, conforme disposto no Art. 1º da Resolução CNAS nº 18/2011, bem como a  
966 situação do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS; Apreciação da minuta  
967 de Resolução do CNAS sobre Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. O  
968 Sr. Fábio Moassab Bruni comentou que a solicitação de reunião conjunta com a Comissão de  
969 Normas ficou pendente para analisar se precisariam mesmo dessa reunião ou se na próxima  
970 reunião de outubro seria esboçada uma minuta. Compreendeu que, talvez, poderia tomar essa  
971 decisão na Plenária de outubro, tendo em vista que a descentralizada é em novembro. A  
972 Conselheira Mariana de Souza Machado Nery esclareceu que estão propondo a reunião em  
973 novembro, porque a Câmara Técnica da CIT específica sobre o Marco Regulatório reunirá depois  
974 do CNAS. O Sr. Fábio Moassab Bruni postulou que, nas discussões da Presidência Ampliada, a  
975 Comissão de Política não estava na proposta de reunião conjunta e a Sra. Mariana de Souza  
976 Machado Nery afirmou que a Comissão de Política ficou na reunião conjunta para tratar do GT da  
977 Criança e Adolescente em situação de rua, realizando a correção. Finalizada a pauta, o Presidente  
978 do CNAS passou a palavra para a Secretaria-Executiva para que sejam referendados os cálculos da  
979 reprogramação até o final de 2016 que estão ainda para serem feitos e as atividades as quais  
980 serão incluídas no planejamento. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho relatou que as

981 ações que devem constar da reprogramação orçamentária de outubro a dezembro de 2016 com  
982 relação à Ação 8249, funcionamento dos Conselhos de Assistência Social são: duas Reuniões  
983 Ordinárias do CNAS e das Comissões Temáticas de Normas, de Financiamento, de Política e de  
984 Acompanhamento aos Conselhos; cinco reuniões de Grupo de Trabalho e Comissões,  
985 contemplando a Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional e de Monitoramento; duas  
986 reuniões da Comissão de Ética; duas reuniões da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
987 Transferência de Renda; uma reunião de caráter descentralizado e ampliado com a participação de  
988 36 Conselheiros titulares e suplentes, de servidores da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional  
989 e de colaboradores; uma reunião trimestral com os Conselhos Estaduais que estaria prevista para  
990 dezembro com a presença de Conselheiros Nacionais titulares e de representantes de Conselhos  
991 Estaduais. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima questionou se haverá alguma margem  
992 para convites de outros eventos que podem acontecer durante o ano e a Sra. Maria das Mercês de  
993 Avelino Carvalho explicou que está contemplado na previsão de cinco representações em grupos  
994 de trabalho e Comissões. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos realizou a leitura da  
995 nota do CNAS contrária a PEC 241/2016 e a Conselheira Célia Maria de Souza Lima compreendeu  
996 que a mesma termina de forma incompleta e sugeriu inserir a situação do SUAS antes do  
997 posicionamento contrário a PEC. Realizando alguns ajustes na nota, o Sr. Fábio Moassab Bruni  
998 realizou a sua leitura novamente e foram realizados novamente outros ajustes. Aprovada a nota, o  
999 Presidente do CNAS relatou que foram retirados os seguintes encaminhamentos: Manutenção da  
1000 reunião do GT com o Ministro para tratar especificamente do teor da PEC; e convidar o Ministro  
1001 para comparecer a próxima reunião do CNAS. Explanou que a nota será encaminhada ao  
1002 Congresso e será publicada em todos os meios de comunicação do CNAS. A Conselheira Edna  
1003 Aparecida Alegro sugeriu que a nota seja encaminhada também a Casa Civil e a Presidência da  
1004 República. O Sr. Fábio Moassab Bruni acrescentou que a após a reunião com o Ministro, o grupo  
1005 de trabalho será desfeito. A Conselheira Tathiane Aquino Araújo realizou a leitura da nota  
1006 proposta sobre a matéria publicada no dia 12 de setembro pelo Jornal Valor Econômico, em que o  
1007 Ministro Osmar Terra relata a publicação de mais um decreto nos próximos dias. A Conselheira  
1008 Mariana de Souza Machado Nery arrazoou que a sua proposta seria de, imediatamente, ao realizar  
1009 o convite ao Ministro para que participe da Plenária, fosse solicitado um posicionamento acerca  
1010 das declarações que estão sendo feitas, no sentido de buscar esclarecimentos e não de publicar  
1011 uma nota. Realizadas as correções necessárias, a Conselheira Solange Teixeira concordou com a  
1012 explanação e a Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça intuiu que precisam ter uma posição com  
1013 os termos colocados na matéria. O Sr. Fábio Moassab Bruni salientou que o assunto preocupa a  
1014 todos e que, podem solicitar no convite ao Ministro, que esclareça essas questões, sugerindo que  
1015 incorporem um pouco do conteúdo da nota no ofício de convite. O Conselheiro Sávio Angelin  
1016 Pereira entendeu que a nota é no sentido de não fechar o diálogo com o Ministro, mas de dizer  
1017 que precisa dialogar com as instâncias e o Conselheiro Alberto Albino dos Santos manifestou o seu  
1018 apoio a proposta do Presidente do CNAS. A Conselheira Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre  
1019 sugeriu como encaminhamento, que o CNAS solicite ao departamento de imprensa do Ministro ou  
1020 ao seu Secretário Pessoal, uma manifestação em relação à matéria do Valor Econômico. A  
1021 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão concordou que não devem publicar a  
1022 nota e sim convidar o Ministro para os esclarecimentos. Após várias manifestações sobre a  
1023 questão, os Conselheiros consensuaram em encaminhar uma solicitação a Assessoria de

1024 Comunicação para se posicionar em relação à matéria. **ENCERRAMENTO 15/09/2016:** O  
1025 Presidente do CNAS, Sr. Fábio Moassab Bruni, agradeceu a presença de todos e encerrou a  
1026 reunião.